

ATUALIDADE ECONÔMICA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Ano 25

Nº 61

Janeiro/Junho/2014

CONTEÚDO

Resultado do Vestibular UFSC-2014 para o curso de C. Econômicas: evidências, análise e polêmica

Wagner Leal Arienti

1

Profissões Extintas e novas Carreiras: Os Nossos Netos serão Economistas?

Carmen Rosario Ortiz Gutierrez Gelinski e Ivoneti da Silva Ramos

7

Agronegócio: pressões e ameaças travarão o setor?

Francisco Gelinki Neto

11

Resultado do Vestibular UFSC-2014 para o curso de C. Econômicas: evidências, análise e polêmica

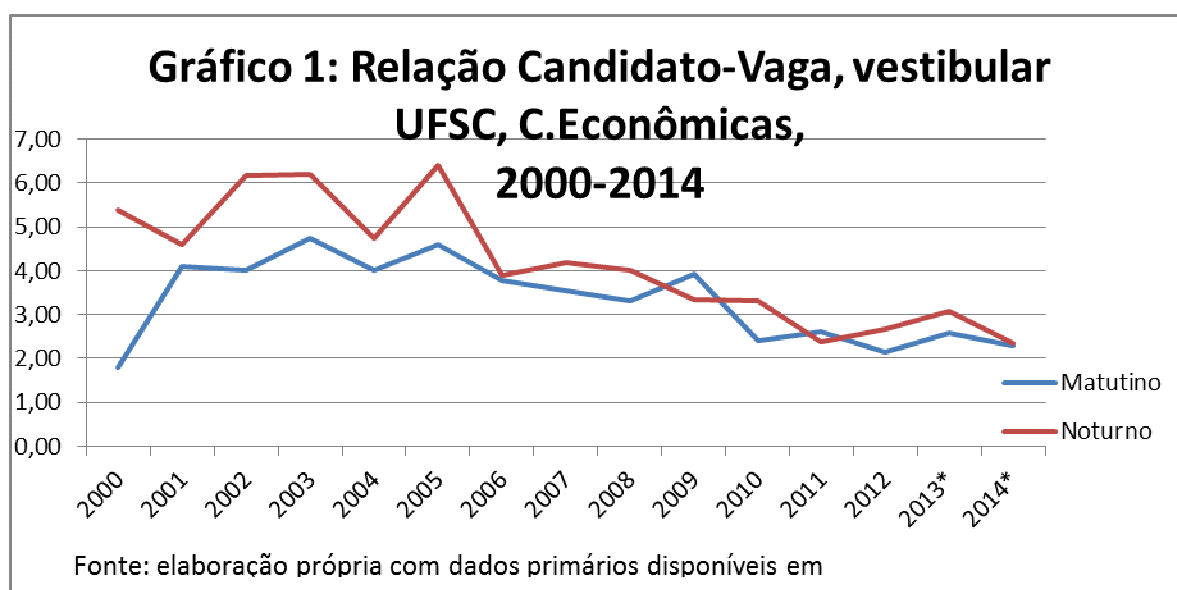
Wagner Leal Arienti¹

O resultado do vestibular UFSC-2014 para o curso de C. Econômicas, assim como para os demais, merece análise. A formulação de gráfico e tabela, com organização de dados disponíveis pela COPERVE-UFSC, permite destacar algumas evidências e, a partir daí, fazer análise. O objetivo é relacionar o resultado do vestibular com problemas persistentes no curso. Por fim, propostas polêmicas devem ser retomadas.

Evidências:

O gráfico 1 apresenta série histórica da relação candidato-vaga (C-V) para o curso de Ciências Econômicas. A tabela 1, ver final, limita-se ao resultado de 2014 e apresenta dados dos aprovados em categorias de acordo com os critérios da Política de Ação Afirmativa (PAA) adotada pela UFSC. Além disso, há comparação com alguns cursos oferecidos pelo Centro Sócio-Econômico, que pela proximidade do objeto de estudo podem competir pela preferência dos candidatos.² Preliminarmente, pode-se destacar as seguintes informações.

1. A relação C-V mantém tendência de queda, se afastando do pico alcançado em 2004 de 4,6 diurno e 6,4 noturno. Em 2014, na comparação com demais cursos do CSE da amostra, a relação C-V para o curso de C. Econômicas é a menor em todas as categorias, com exceção de uma igualdade com o curso de C. Contábeis na categoria auto declarados negros para o turno matutino.



¹ Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais, CSE-UFSC.

² Dados são referentes à primeira lista de classificação. Ver <http://www.vestibular2014.ufsc.br/>

2. Dada a PAA adotada pela UFSC, as vagas estão alocadas por categorias. No caso do curso de C. Econômicas, algumas categorias da PAA tiveram mais vagas do que candidatos. Este fato não ocorreu com demais cursos do CSE da amostra, sendo mais uma vez a exceção apenas o curso de C. Contábeis na categoria auto declarados negros para o turno matutino.
3. Em algumas categorias da PAA não houve preenchimento de todas as vagas destinadas para C. Econômicas e, em algumas não houve nenhum candidato aprovado. Este resultado permitiu que a categoria classificação geral aumentasse o número de candidatos aprovados, no diurno de 58 vagas iniciais para 79 e no noturno de 58 para 89, havendo uma vaga não preenchida e destinada para a lista de candidatos remanescentes. Nos demais cursos da amostra, a categoria classificação geral aprovou o número de candidatos de acordo com vagas inicialmente estabelecidas, sendo que algum remanejamento ocorreu dentro de categorias da PAA.³
4. Nas colunas com a pontuação do primeiro colocado e do último colocado, tabela 1, verifica-se, de um lado, que os primeiros lugares na categoria classificação geral de C. Econômicas tem nota superior aos primeiros dos cursos de Administração e C. Contábeis, perdendo apenas para Relações Internacionais. Por outro lado, o último colocado em todas as categorias no curso de C. Econômicas tem pontuação menor do que nos demais cursos da amostra, exceção para a categoria auto declarados negros diurno.⁴

Análise: relação dos resultados do vestibular e problemas do curso

Apesar das evidências 2 e 3 preocuparem, a análise se concentrará nas evidências 1 e 4. A preocupação se deve a pouca contribuição do curso de C. Econômicas à PAA da UFSC, quando vagas destinadas a estas categorias não são preenchidas. Não basta reservar vagas, tem que preenchê-las.

Qual relação pode ser feita entre o resultado do vestibular e a reprodução de problemas do curso, caso nenhuma mudança radical seja feita?⁵

³ A lista de 2ª. chamada classificou mais 18 candidatos para diurno de classificação geral e mais 8 candidatos para noturno vindos de opção por vagas remanescentes.

⁴ De acordo com informação da COPERVE, nesta categoria o edital dá preferência aos candidatos de escola pública que não tenham entrado na categoria escola pública PPI. Como o curso de C. Econômicas não teve candidatos aprovados de escola pública PPI, os candidatos na categoria auto declarados negros de escolas privadas ocuparam as vagas. O mesmo não ocorreu em Relações Internacionais, quando a preferência foi dada aos auto declarados negros de escola pública.

⁵ Problemas do curso foram descritos e analisados em dois relatórios do NDE e em Arienti (2012)

A partir de 2010, a relação C-V para C. Econômicas fica, na média, em 2,41 diurno e 2,76, noturno. A baixa relação C-V quando comparada aos demais cursos pode abrir espaço para o seguinte problema: atrair candidatos interessados em fazer curso de graduação, ainda que seja na área sócio-econômica, mas dada a pouca informação da diferença entre cursos, fazer a opção pelo de menor relação C-V.

A entrada de calouros com pouca informação sobre conteúdo e exigência do curso gera problemas. Como esperado na entrada de qualquer curso, há uma divergência inicial entre a expectativa do candidato quando de sua opção no vestibular, de um lado, e a exigência do curso. O choque de realidade do primeiro ano permite que o calouro se desvencilhe de algumas ilusões e, ao permanecer no curso, tenha feito uma opção mais consciente que lhe permite uma maior dedicação. O problema no curso de C. Econômicas é que o choque de realidade encontra alunos com muita ilusão mas com pouca preparação e condições para enfrentar a realidade das disciplinas. O que é um problema inicial do vestibular, a falta de informação aos candidatos sobre a exigência de dedicação ao curso de graduação, se exacerba no curso de Economia, que é tão exigente como um curso de Medicina e Engenharia, mas que recebe candidatos sem conhecimento sobre dedicação necessária. O nível de reprovação em disciplinas iniciais típicas do curso de C. Econômicas, como Introdução à Economia, Contabilidade Social e Matemática, pode ser interpretado como um reflexo deste despreparo inicial e vindouro do vestibular.

A dispersão da pontuação do primeiro e último colocado indica uma heterogeneidade inicial no curso de C. Econômicas. O problema mais grave é que, verificado nos anos anteriores, esta heterogeneidade permanece ao longo do curso. A graduação em C. Econômicas requer uma formação ampla. A evolução da teoria e análise econômica exige conhecimentos de métodos quantitativos, de Economia Política, de teorias e seus modelos, de história e de capacidade de análise, conforme o requisito da monografia. O curso espera uma boa base inicial para que, a partir daí, haja a construção do novo conhecimento ao longo do curso. Caso os alunos não venham com esta boa base na formação do ensino médio, é urgente que adquiram nas fases iniciais do curso. A heterogeneidade do resultado no vestibular indica a necessidade de elevar a média e reduzir o desvio padrão do conhecimento (caso seja possível estimá-los) dos alunos nas primeiras fases para, assim, haver uma maior homogeneidade das turmas nas demais fases.

A alavancagem, no sentido de rápida elevação do nível dos alunos e a formação de turmas mais homogêneas no meio e final do curso, é um desafio para professores e alunos. O curso de C. Econômicas da UFSC tem uma estrutura para dar uma boa formação aos alunos. No entanto, há várias brechas e estratégias que permitem ao aluno ter a ilusão de que, com uma trajetória sinuosa, pode adiar este salto qualitativo. Pelas estatísticas do curso, a heterogeneidade das notas do vestibular não é superada, salvo exceções, mas sim transformada em diversidade de trajetórias individuais com reprovações, retenções, matrícula em disciplinas de várias fases e nos dois turnos e desmembramento de turmas iniciais. A heterogeneidade não é apenas inicial, mas persiste ao longo do curso. Não pode ser analisada desligada de

outros resultados negativos do curso, qual seja: alto índice de reprovação, elevado tempo médio para conclusão do curso e grande número, absoluto e relativo, de abandono e desistência.⁶

Um contraste pode ser feito com outros cursos. Os cursos de Engenharia tem exigência nas disciplinas de Cálculo como um forma de dar homogeneidade e bom nível nas fases adiantadas do curso. No caso da Economia, apesar do alto índice de reprovação em disciplinas nas fases iniciais, o efeito, em vez de ser um bom nivelamento, é a dispersão da turma, com alunos fazendo uma trajetória errática bem distante da grade ideal do currículo.

Esta análise da relação entre resultado do vestibular e a reprodução de problemas do curso de C. Econômicas serve mais como um alerta contra o imobilismo e a acomodação. Mas há quem goste de tal situação pois permite a politização populista.

Polêmica:

Fazer mudança em uma instituição como a UFSC, com grande dispersão de visão de mundo, de universidade e de sentido da graduação, e com múltiplos interesses além do acadêmico, é difícil e gera novas dificuldades. Não analisar as estatísticas que a própria universidade formula é a opção pela inércia. De outra forma, fazer proposta de mudança é criar polêmica.

O curso de C. Econômicas, assim como outros cursos, requer mudanças na pedagogia, por parte dos professores, na informação, conscientização e dedicação, por parte dos alunos, na formação de ciclo básico dos cursos do CSE, por parte da direção do Centro, na limitação ao número permitido de reprovações por frequência insuficiente, por parte da Pró-Reitoria de Graduação e mudanças na grade de oferta de vagas no vestibular, por parte da Reitoria, com redução de vagas em cursos com pouca demanda e aumento nos cursos altamente procurados.

A proposta de redução na oferta de vagas para o curso de C. Econômicas deve ser retomada. No entanto, deve ser encarada apenas com uma medida, sendo que outras também devem ser feitas, como inicialmente indicado acima. Boa polêmica, espero que seja enfrentada com bons argumentos e boas maneiras.

Referências:

- ARIENTI, W.L. Curso de Ciências da UFSC: caracterização de problemas e necessidade de superação. *Atualidade Econômica*, jan-jul 2012, pp.1-5.
- NDE- Ciências Econômicas. 1º Relatório elaborado pelo Núcleo Docente Estruturante do curso de Ciências Econômicas. Junho de 2011

⁶ Ver estatísticas formuladas nos relatórios do NDE-C.Econômicas.

NDE- Ciências Econômicas. Relatório de acompanhamento do desempenho acadêmico do curso de Ciências Econômicas, UFSC, períodos letivos 2011.1 e 2011.2. Junho de 2012.

Tabela 1: Resultado Vestibular 2014, cursos selecionados do CSE-UFSC, relação cand.-vagas, vagas oferecidas e ocupadas e pontuação do primeiro e último colocado por categorias

Cursos	Classificação geral					Auto declarados negros					Escola Pública - Renda acima de 1,5 SM - PPI*				
	C./V.	nota final primeiro	nota final último	vagas oferecidas	vagas ocupadas	C./V.	nota final primeiro	nota final último	vagas oferecidas	vagas ocupadas	C./V.	nota final primeiro	nota final último	vagas oferecidas	vagas ocupadas
C. ECONÔMICAS - DIURNO	2,83	74,00	44,56	58	79	0,56	40,85	36,58	9	2	0,5			2	0
C. ECONÔMICAS - NOTURNO	2,66	72,63	28,01	58	89	0,89			9	0	0			2	0
	Escola Pública - Renda acima de 1,5 SM - Outros					Escola Pública - Renda até 1,5 SM - PPI					Escola Pública - Renda até 1,5 SM - Outros				
	C./V.	nota final primeiro	nota final último	vagas oferecidas	vagas ocupadas	C./V.	nota final primeiro	nota final último	vagas oferecidas	vagas ocupadas	C./V.	nota final primeiro	nota final último	vagas oferecidas	vagas ocupadas
C. ECONÔMICAS - DIURNO	1,56	43,67	34,39	9	3	0,5			2	0	1,50	44,54	33,36	10	6
C. ECONÔMICAS - NOTURNO	3,67			9	0	1,4			2	0	2,40			10	0
	Classificação geral					Auto declarados negros					Escola Pública - Renda acima de 1,5 SM - PPI				
	C./V.	nota final primeiro	nota final último	vagas oferecidas	vagas ocupadas	C./V.	nota final primeiro	nota final último	vagas oferecidas	vagas ocupadas	C./V.	nota final primeiro	nota final último	vagas oferecidas	vagas ocupadas
Rel. Internac. Vesp.	10,88	78,89	62,72	52	52	2,5	47,05	39,39	8	8	3	58,39	57,17	2	2
	Escola Pública - Renda acima de 1,5 SM - Outros					Escola Pública - Renda até 1,5 SM - PPI					Escola Pública - Renda até 1,5 SM - Outros				
	C./V.	nota final primeiro	nota final último	vagas oferecidas	vagas ocupadas	C./V.	nota final primeiro	nota final último	vagas oferecidas	vagas ocupadas	C./V.	nota final primeiro	nota final último	vagas oferecidas	vagas ocupadas
Rel. Internac. Vesp.	8,38	61,88	54,68	8	8	3	47,9	46,21	2	2	5,00	58,76	50,31	8	8

Tabela 1: continuação

	Classificação geral					Auto declarados negros					Escola Pública - Renda acima de 1,5 SM - PPI				
	C./V.	nota final primeiro	nota final último	vagas oferecidas	vagas ocupadas	C./V.	nota final primeiro	nota final último	vagas oferecidas	vagas ocupadas	C./V.	nota final primeiro	nota final último	vagas oferecidas	vagas ocupadas
ADMINISTRAÇÃO - DIURNO	7,23	69,19	53,97	65	65	1,3	40,22	29,32	10	5	2	48,96	48,96	2	1
ADMINISTRAÇÃO - NOTURNO	7,25	71,37	51,35	65	65	1,9	47,71	24,72	10	10	3,5	41,98	40,72	2	2
	Escola Pública - Renda acima de 1,5 SM - Outros					Escola Pública - Renda até 1,5 SM - PPI					Escola Pública - Renda até 1,5 SM - Outros				
	C./V.	nota final primeiro	nota final último	vagas oferecidas	vagas ocupadas	C./V.	nota final primeiro	nota final último	vagas oferecidas	vagas ocupadas	C./V.	nota final primeiro	nota final último	vagas oferecidas	vagas ocupadas
ADMINISTRAÇÃO - DIURNO	5,1	52,14	43,13	10	11	4,5	41,79	33,68	2	4	4,36	51,97	39,51	11	14
ADMINISTRAÇÃO - NOTURNO	7	49,59	47,53	10	10	6,5	43,56	41,22	2	2	6,45	49,18	42,77	11	11
	Classificação geral					Auto declarados negros					Escola Pública - Renda acima de 1,5 SM - PPI				
	C./V.	nota final primeiro	nota final último	vagas oferecidas	vagas ocupadas	C./V.	nota final primeiro	nota final último	vagas oferecidas	vagas ocupadas	C./V.	nota final primeiro	nota final último	vagas oferecidas	vagas ocupadas
C. CONTÁBEIS - DIURNO	3,9	67,98	47,48	58	58	0,56	41,6	32,51	9	4	1	41,95	41,95	2	1
C. CONTÁBEIS - NOTURNO	4,67	63,63	45,34	58	58	1,44	37,5	30,67	9	4	1,5			2	0
	Escola Pública - Renda acima de 1,5 SM - Outros					Escola Pública - Renda até 1,5 SM - PPI					Escola Pública - Renda até 1,5 SM - Outros				
	C./V.	nota final primeiro	nota final último	vagas oferecidas	vagas ocupadas	C./V.	nota final primeiro	nota final último	vagas oferecidas	vagas ocupadas	C./V.	nota final primeiro	nota final último	vagas oferecidas	vagas ocupadas
C. CONTÁBEIS - DIURNO	3,22	46,28	40,63	9	10	2,5	38,19	34,61	2	2	3,70	46,03	35,57	10	15
C. CONTÁBEIS - NOTURNO	6,56	44,46	38,5	9	11	4,5	41,73	31,11	2	2	5,70	43,36	34,33	10	15

S.M. = salário mínimo

PPI = pretos, pardos e indígenas

Fonte: elaboração própria com dados primários disponíveis em <http://www.vestibular2014.ufsc.br/>

Profissões Extintas e novas Carreiras: Os nossos Netos serão Economistas?

*Carmen Rosario Ortiz Gutierrez Gelinski⁷
Ivoneti da Silva Ramos⁸*

A globalização e o desenvolvimento de novas tecnologias têm provocado mudanças significativas no mercado de trabalho e nas formas de organização da produção. Uma delas é a extinção de certos ofícios ou profissões. Especialistas em mercado de trabalho e mudanças nas carreiras vêm mostrando o perfil que poderão ter os profissionais do amanhã para se adequar às exigências da produção. Este ensaio analisa algumas dessas mudanças, a fim de estimular o debate sobre o perfil que os economistas poderão ter nas próximas décadas. Tema sem dúvida polêmico e que merece longas discussões que ultrapassam as limitações de espaço impostas neste meio de divulgação.

Extinção de ofícios ou profissões

Quando se fala sobre modificações ocorridas no mercado de trabalho logo vem à mente elevação do nível de desemprego e precarização de postos de trabalho. No entanto, pouca atenção é dada à extinção de ofícios e profissões.

Nas grandes cidades atualmente é difícil encontrar um alfaiate ou uma costureira. Eles foram paulatinamente deslocados pela costura *prêt-à-porter*, ou confecção em série a pronta entrega. Também é difícil encontrar sapateiros e funileiros. No setor gráfico sumiram os linotipistas. Nas ferrovias, desapareceram os inspetores que batiam nas rodas dos vagões para checar a estrutura do metal. Nos transportes, são raros os charreteiros. Nas fundições, sumiram os que fazem moldes. Nas redações, estão desaparecendo os revisores. Nos grandes armazéns, os almoxarifes estão sendo substituídos pelos computadores (PASTORE, 2002). Mais recentemente nas grandes cidades do país está em pauta a extinção do cargo de cobrador de ônibus.

Há ofícios dos quais a nossa geração nem sequer suspeita da sua existência, como os acendedores de lampiões, os caçadores de escravos ou os chapeleiros. Aued (1999), ao analisar as implicações teóricas da extinção das profissões, destaca que o século XX retrata uma aceleração no processo de extermínio de profissões. É o caso da profissão de perfurador de cartões, em alta nos anos 70 e que não encontraria emprego nos anos 90, ou o caso do ferramenteiro, que ao retornar de afastamento para exercer mandato sindical encontrou a fábrica metamorfoseada.

A nova configuração do trabalho está condicionada pelos avanços tecnológicos

⁷ Professora do curso de Economia da UFSC. E-mail: carmen.gelinski@ufsc.br

⁸ Professora do curso de Economia da UDESC. E-mail: ivoneti.ramos@udesc.br

e pela globalização. Os avanços tecnológicos, que chegaram para facilitar a vida das pessoas, acabaram tornando-se rivais de muitas carreiras ou ofícios, como, por exemplo, as planilhas eletrônicas que substituem inúmeras pessoas nas empresas de contabilidade; o sintetizador eletrônico que substituiu músicos nas orquestras e bancários que foram trocados por caixas eletrônicas. Por sua vez, o ambiente econômico globalizado e cada vez mais competitivo provoca uma realocação do local de trabalho: ao invés da fábrica e da vila de operários agora existem atividades terceirizadas desempenhadas por pessoas que trabalham em casa ou por equipes virtuais, que repassam dados via internet.

As tecnologias não apenas têm um grande impacto na criação de novos processos, mas de novos tipos empregos e de conhecimentos.

Novas carreiras

A tendência à extinção de algumas profissões e o surgimento de outras, ou até mesmo a aglutinação de profissões, pode ser atribuída a vários fatores. Um deles é o deslocamento do trabalho verificado nos anos 90, que fez parte de um processo de readaptação das economias nacionais para enfrentar a concorrência internacional propiciada pela abertura econômica. Outro fator é o crescimento do Terceiro Setor que converge atenções das mais variadas áreas⁹.

Quais serão os novos conhecimentos exigidos dos trabalhadores ou qual o perfil que deverão ter os novos profissionais?

Especialistas consultados por Kenski (2000) salientam que os profissionais terão que ter habilidades de várias áreas de conhecimento. Em certa forma, o indivíduo deverá ter as habilidades de uma equipe inteira. Para ele “dentro de 30 ou 40 anos as carreiras isoladas deixarão de existir e os cargos realmente quentes serão ocupados por profissionais que dominem áreas tão distantes entre si quanto o direto e a biologia, as artes plásticas e a matemática” (KENSKI, 2000, p.90). O trabalhador precisará ser sensível como um artista, exato como um engenheiro e terá que ser muito bom em alguma coisa e entender de tudo um pouco.

Consultado por Kenski, Ted Selker, professor de Medialab do MIT, destaca “haverá uma demanda enorme por gente eclética, que saiba o suficiente de cada área para orientar especialistas reunidos em grandes equipes de trabalho”.

Segundo Bridges (1999), os cargos e empregos podem estar se extinguindo e, com isso, os trabalhadores não poderão mais contar com uma tarefa fixa e duradoura, mas precisarão estar atentos aos nichos de mercado ou às atividades inovadoras que poderão representar geração de renda. O mundo composto de empregos fixos, em tempo integral e de longa duração parece estar com os dias contados, enquanto que

⁹ Desde fins dos anos 1970, e na esteira do *welfare mix* ou pluralismo de bem estar, o Estado vem repassando para a sociedade (empresas, famílias e sociedade civil) parte das suas responsabilidades (GELINSKI e MOSER, 2014; RAMOS e GELINSKI, 2003). O setor é expressivo em termos de produção de serviços, fato revelado por levantamentos específicos sobre o setor que o IBGE realiza desde o ano 2000, bem como o aparecimento de categoria “Instituições sem fins lucrativos a serviço das famílias” como componente da demanda agregada ao lado do consumo das famílias e da administração pública.

outro, composto de novas modalidades de trabalho em tempo parcial, se expande cada vez mais.

O trabalho do futuro não terá nada de fixo, específico, contínuo ou concentrado numa empresa. Ao contrário, as empresas são levadas cada dia mais a atomizar sua produção subcontratando atividades para pequenas empresas e para profissionais autônomos. Com isso, os trabalhadores se transformaram em provedores de serviços, engajados em projetos com começo, meio e fim, devendo executar várias tarefas, à distância ou em locais diferentes e com periodicidade variável. Uma vez concluído o projeto, eles passariam para outros projetos na mesma empresa ou em outra. A criatividade do trabalhador em reunir, numa atividade, aptidões e conhecimentos de diferentes áreas, poderá propiciar o aparecimento de profissões inusitadas.

Isso significa que as profissões tal e qual as conhecemos mudarão de nome? Será que teremos socioadministradores, antropoloengenheiros, biomecânicos ou psicoeconomistas? De acordo com Oscar Motomura, diretor geral da Amana-Key¹⁰ (citado por Kenski, 2000) qualquer que seja o nome das novas ocupações o desafio dos profissionais “(...)estará em reunir todas as tecnologias disponíveis para criar o inédito”.

E os economistas?

Onde estão os economistas dentro das empresas? Segundo Macedo (1998) geralmente as empresas não apresentam os engenheiros, economistas ou administradores ocupando cargos com esses nomes. Eles têm suas ocupações inseridas na estrutura de cargos e funções da empresa (como estagiário, assistente administrativo, gerente financeiro, diretor financeiro, chefe de pessoal). E quem tem essas ocupações acaba sendo conhecido pelo nome delas e não pelo curso que consta no seu diploma. Isso não significa que tais ocupações deixem de ser preenchidas com a exigência de requisitos educacionais, mas que somente em casos mais especializados do ponto de vista técnico, ou de regulamentação da profissão, as ocupações guardam maior correspondência com o nome da profissão, caso de médicos, contadores ou advogados.

Os nossos avôs mal poderiam prever a dificuldade que hoje temos de encontrar um alfaiate. Será que os nossos netos vão encontrar economistas? Ou então, qual será o futuro dos economistas? Algumas habilidades que tradicionalmente eram desempenhadas pelos economistas já foram absorvidas por outros profissionais. Só dois exemplos da invasão da “nossa praia”: a elaboração de projetos de viabilidade passou a ser desenvolvida por engenheiros, e análises sócio-econômicas são feitas por sociólogos, historiadores ou demógrafos. Ou, ainda, como lembra Macedo (1998), nada impede que um engenheiro seja auditor fiscal do tesouro nacional, pois eles são bons em raciocínio lógico-matemático e por isso não tem dificuldade para aprender disciplinas como matemática financeira, estatística ou contabilidade.

¹⁰ Empresa de consultoria e educação executiva na área de gestão organizacional.

Vale a pena refletir se essa “invasão” se deu por que os cursos de economia deixaram de investir nas disciplinas técnicas do curso e abriram flanco para outras áreas ocuparem o espaço ou se foi resultado da formação genérica dos cursos que não têm um foco claro (a ideia de ser bom em alguma coisa...). Colander (2006) vaticina que em 2050 os economistas não serão mais economistas genéricos, mas serão apontados como especialistas em finanças públicas, cuidados em saúde, macro previsões, economia forense, relações industriais e outras.

Temos que ficar atentos para analisar a grade dos Cursos de Graduação em Economia, de modo a permitir que os alunos **sejam bons em alguma coisa** e, ao mesmo tempo, entendam de tudo um pouco. Isso implica ter claro que a formação do economista é responsabilidade tanto da universidade, que deve lhe fornecer uma boa formação e propiciar a interação com outras áreas, quanto do próprio acadêmico de se qualificar para ter domínio de ferramentas informacionais, idiomas ou outros conhecimentos que lhe darão esse caráter eclético.

Os cursos terão de ser flexíveis para permitir o casamento com outras áreas como biotecnologia, ecologia, sociologia, antropologia, engenharia sanitária ou psicologia, sob pena de estarem extintos daqui a 50 ou 100 anos. Isso poderá propiciar que os nossos netos atuem como socioeconomistas, psicoeconomistas, bioeconomistas ou engenheiros econômicos e ambientais, mesmo que sob o rótulo de “economista”.

Referências

- AUED, B. W.. Sobre a extinção da profissões: implicações teóricas. In: AUED, B. W. (org.) *Educação para o (des)emprego: ou quando estar liberto da necessidade do emprego é um tormento*. Petrópolis : Vozes, 1999.
- BRIDGES, W. *Um mundo sem empregos*. São Paulo: Makron Books, 1999.
- COLANDER, D. New Millennium Economics: How Did It Get This Way, and What Way is It? *Journal of Economic Perspectives*, v. 14, n.1, p.121–132, Winter 2000. Disponível em: <http://pubs.aeaweb.org/doi/pdfplus/10.1257/jep.14.1.121>. Acesso em: 11 jun. 2014.
- GELINSKI, C.R.O.G.; MOSER, L. Welfare state, sua transição para o *workfare* e os limites da proteção social por meio das famílias. In: STREY, M. *Gênero, cultura e família: perspectivas multidisciplinares*. Porto Alegre, Editora da PUC/RS, 2014. (no prelo).
- KENSKI, R.. Superprofissional. *Superinteressante*. São Paulo, Abril Cultural, v.14, n.10, p.90-93, out. 2000.
- MACEDO, Roberto. *Seu diploma, sua prancha: como escolher a profissão e surfar no mercado de trabalho*. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 1998.
- PASTORE, J. *A Questão do trabalho*. Palestra apresentada na Federação das Indústrias do Estado do Maranhão, São Luís 29 maio 2002.
- RAMOS, I. S. ; GELINSKI, C. R. O. G. . Ongs e Estado atuando na provisão de bens públicos: pode o contribuinte estar sendo duplamente tributado?. *Atualidade Econômica*, Florianópolis, v. 15, n.45, p. 12-14, 2003.

Agronegócio: pressões e ameaças travarão o setor?

*Francisco Gelinski Neto*¹¹

1. Introdução

O agronegócio compreende todas as atividades ligadas à agricultura e pecuária. Envolve o setor industrial e de serviços além do setor primário propriamente dito. Envolve atividades antes da porteira - as indústrias produtoras de insumos: fertilizantes, defensivos, vacinas e rações fornecidos aos produtores - dentro da porteira - produção agrícola, desenvolvida por produtores familiares ou empresários rurais - e, o pós-porteira as agroindústrias processadoras, atacadistas e varejistas. Interagem ainda os agentes financeiros, agentes da extensão e pesquisa: empresas estatais de pesquisa e fomento como EMBRAPA e EPAGRI e Universidades.

Aqueles que consideram o agronegócio como algo negativo desconhecem a real contribuição que os negócios da agricultura propiciam ao país. A agricultura gera quase um quarto da renda do país (23% do PIB), receitas de exportações, alimentos e emprego. Destaque-se que o agronegócio compreende todos os extratos de produtores agrícolas quer sejam pequenos médios ou grandes (familiares e patronais). As cadeias de grãos tais como milho e soja são em sua maioria altamente mecanizadas e de larga extensão e contribuem com outras cadeias produtivas. Por sua vez as cadeias de produção do leite, de carnes (aves, bovinos e suínos), que muitas vezes são produzidas por produtores familiares, dependem daquelas para obterem rações a custos compatíveis. Para isso, o milho é a fonte de energia e a soja é a fonte proteica das rações, além de produções de óleos, margarinas e outros derivados.

O objetivo desse ensaio é descrever a importância do agronegócio, o papel de políticas adequadas ao setor e a existência de ameaças e travas à produção.

2. Importância do agronegócio e a política

O agronegócio foi o principal responsável pela geração de superávit da balança comercial brasileira de 2013. As exportações de R\$ 99 bilhões e importações de 17 bilhões de reais do agronegócio geraram saldo ao redor de R\$ 83 bilhões que serviu para cobrir o rombo gerado pelos demais setores da economia. (ADAMI, BARROS, 2014 citados por CEPEA, 2014). O agronegócio ano após ano tem dado importante contribuição ao crescimento do PIB.

Embora o Brasil tenha abandonado nos anos 90 as políticas que deformavam a agricultura com suas múltiplas intervenções, sempre há risco de retrocesso¹². As

¹¹ Prof. Departamento de Economia e Relações Internacionais UFSC – f.gelinski@ufsc.br.

¹² As intervenções de mais de 50 anos na agricultura brasileira distorceram o crescimento do setor. Ver Revista de Política Agrícola, out./nov./dez. 2007, do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento no artigo **Das políticas de substituição das importações à agricultura moderna do Brasil**. (p.53 a 84), de LOPES, LOPES e BARCELOS. <http://www.agricultura.gov.br>.

reformas macroeconômicas e políticas possibilitaram um crescimento sem precedente na produção e produtividade nas lavouras de grãos. De menos de 100 milhões de toneladas do início dos noventa para algo próximo a 200 milhões de toneladas previstas para 2015.

Felizmente hoje o agronegócio encontra interlocução no governo por meio de sua representação parlamentar que é denominada de frente parlamentar da agricultura que alguns denominam de “bancada ruralista” numa tentativa de desqualificar o grupo composto por representantes da maioria de partidos políticos, inclusive dos da base aliada. Além disso, há o papel político de entidades como a Confederação Nacional da Agricultura, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, a Associação Brasileira de Agribusiness, e a Organização das Cooperativas do Brasil.

3. As ameaças ao agro

A situação do agronegócio está tensa, pois algumas ameaças e impactos do ambiente econômico, político e institucional estão criando turbulências e podem obstar o crescimento do produto nesse setor.

Entre essas ameaças estão os **conflitos indígenas** que desencadeiam confiscos de terras de agricultores provocando empobrecimento dos mesmos, além de quebrarem a produção agrícola nas localidades atingidas, como foi o caso da produção perdida de arroz na Reserva Raposa do Sol. Os conflitos tem provocado mortes de não índios como foram os casos recentes ocorridos no Amazonas (3 agricultores assassinados em 2013 no município de Humaitá, por não pagar pedágio aos índios) e no Rio Grande do Sul (2 agricultores assassinados a tiros e pauladas por indígenas em Faxinalzinho, ao furarem bloqueio da rodovia, em abril de 2014).

Outro conjunto de ameaças ao agronegócio são as **intervenções indevidas** ou mal planejadas com efeitos deletérios. Exemplo disso é o ocorrido com pequenos produtores de laranja desde maio de 2014 quando o ministério público do trabalho passou a exigir que as próprias agroindústrias colham os frutos dos produtores de laranja. A evidência econômica mostra que há elevado equívoco e desconhecimento acerca do funcionamento do sistema econômico por parte dos ilustres julgadores. Acontecerá com certeza seleção de produtores mais próximos às agroindústrias e os de maior porte e colocará à margem os pequenos produtores de laranjas ou os mais distantes. As autoridades judiciárias deveriam zelar por corretos e adequados pagamentos aos trabalhadores e, por condições dignas de trabalho. A interferência na forma de organizar a produção¹³ não faz parte do escopo do legislador e tão somente dos agentes econômicos, que se não veem vantagem e liberdade para produzir partirão para outras atividades, ou pior, para outros países. No caso da interferência nas relações produtores de laranja/agroindústrias do Brasil, a Câmara da Citricultura

¹³ Dois exemplos recentes de intervenção na economia e na agricultura são os casos da Argentina e da Venezuela. Em ambos os casos as intervenções obsoletas sobre a agricultura (confisco, tabelamentos, restrições e antagonismos governamentais) provocaram redução de rebanhos e áreas de cultivadas bem como o desabastecimento.

está tentando reverter a ação do Ministério Público. O programa Globo Rural mostrou no dia 22 de maio de 2014 o desânimo do setor da citricultura com essa medida descabida que, aliada a má situação de mercado, provocaram queda de movimento na feira do setor com baixíssimo movimento, como nunca visto. No dia 16 de junho de 2014 foi mostrada a crise no segmento com laranjais apodrecendo sem colheita, por falta de compradores.

Outra ameaça é a **aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC)** do trabalho escravo no Congresso Nacional no dia 27 de maio de 2014. É evidente que a grande maioria das pessoas apoia essa iniciativa. Essa legislação possibilita a expropriação (confisco) de propriedades (agrícolas ou urbanas) onde se comprove a prática nociva da escravidão. Isso contribuiria para eliminar abusos que podem estar ocorrendo em alguns setores da economia. O problema está na correta identificação, fiscalização e autuação dos agentes públicos responsáveis pela punição dos infratores. Além disso, há que se ter possibilidade de contraprova e completo detalhamento em lei do que seria trabalho escravo. O calcanhar de Aquiles dessa legislação é o conceito etéreo de **trabalho análogo a escravo**. Esse é o ponto não esclarecido e que causa suspeita e inquietação nos deputados e lideranças representantes da agricultura. A emenda constitucional que determina o confisco de propriedades rurais ainda deverá ser regulamentada para ser aplicável. O projeto de lei com a definição de trabalho escravo que tramita no senado Federal poderá por fim à celeuma.

A custosa e demorada implantação do **cadastro ambiental rural** pode ser outro fator a pressionar a produção agropecuária. O cadastro ambiental rural possibilitará aos órgãos ambientais o completo controle sobre as atividades nas propriedades rurais. Com ele os produtores necessitarão solicitar licenças frequentemente para qualquer modificação em suas atividades. Será provavelmente mais um cipó no emaranhado de leis que restringem a atividade empreendedora no Brasil.

O **Conselho de Segurança alimentar** poderá criar travas ao agronegócio? Uma trava possível é a restrição cada vez maior ao uso de agroquímicos nas lavouras. Há sinais oriundos de movimentação de ativistas que apontam para resposta positiva a esta pergunta. Se grupos antagônicos ao agronegócio dominarem esse Conselho, poderão se ampliar as travas ao correto uso de agroquímicos. A ação dos grupos antagônicos se deve ao desconhecimento dos mecanismos necessários para defesa sanitária animal e vegetal. Desde sempre o homem lutou contra pragas que devastam as lavouras e criações. É o caso da “vassoura de bruxa” que arrasa cacauais da Bahia desde a década dos 90 (milhares de desempregados na atividade) e o mais recente prejuízo de **milhões de reais** em perdas de lavouras comidas pela *Helicoverpa armígera*¹⁴ nos dois últimos anos. Soma-se ao desconhecimento o viés ideológico contra as empresas que atuam na agricultura/agronegócio numa visão míope da real contribuição da agricultura ao emprego e renda nacionais. E, que não se retorne ao surrado argumento de controle de inflação para prejudicar a produção como está

¹⁴ As lavouras devastadas por essa lagarta foram milho, soja, algodão, pastagens e outras.

acontecendo agora com a retirada total de alíquotas sobre a importação de trigo, justamente quando a triticultura nacional estava se reanimando (Globo Rural 25, 26 de junho 2014 – ver nota 2).

Outro problema que preocupa os produtores rurais é a perda de renda por destruição da produção devido a **eventos extremos** dos últimos anos. Por exemplo, a chuva de mais de 400 milímetros em três dias ocorrida no início do mês de junho de 2014 no Paraná (Guarapuava) provocou alagamentos e desmoronamento e mais de 10 mortes. Perdas de casas, morte de animais, perda de peixes, de lavouras de feijão, estradas interrompidas, mais de 40 pontes arrastadas, e outros. Essa também atingiu Santa Catarina. Além desse evento somam-se outros recentes: o caso do calorão e estiagem que atingiu o Sul e Sudeste do Brasil entre dezembro de 2013 ao início de março de 2014 provocando prejuízos generalizados na agricultura brasileira. Somente na horticultura a estimativa da EPAGRI apontou perdas de 31 milhões de reais. O Brasil teria perdido **10 bilhões** de reais. (GELINSKI NETO, 2014).

Em razão disso, terá o Brasil condições de cumprir a proposta da OCDE de ampliar em 40% a produção de alimentos até 2015? Se continuarem a intensificar os conflitos pelo uso da terra (questões indígenas, quilombolas, travas ambientais, trabalhistas e eventos climáticos extremos) a meta pode se tornar inalcançável. Porém, relativamente aos eventos climáticos extremos já há grupos de pesquisadores no Brasil avaliando e buscando resistência para as plantas. É o caso da unidade mista de pesquisa em genômica aplicada a mudanças climáticas da UNICAMP e rede de 500 pesquisadores coordenados pela EMBRAPA. Essa estimou que o aumento de temperatura prejudicará soja, café, milho, arroz, feijão e algodão a ponto de atingir prejuízo de R\$ 7,4 bilhões até 2020 se não houverem inovações capazes de reduzir os danos e outras providências (BRITO, 2014). Nesse sentido, o programa Globo Rural do dia 15 de junho de 2014 mostrou uma variedade de soja transgênica mais resistente à seca. Nesse caso os pesquisadores da EMBRAPA selecionaram gene de café resistente à seca e incorporaram aos genes da soja obtendo a planta resistente.

Essas situações descritas indicam crescentes pressões que poderiam excluir produtores pequenos e médios deixando espaço apenas para grandes corporações no campo num futuro não muito distante. E, nessa toada, as populações continuam a abandonar o campo.

Referências

ADAMI, A.C.O. BARROS, G.S.C. Brasil Bate recorde nas exportações do agronegócio. **Revista Conexão**. SEBRAE. São Paulo. Mar./Abr. 2014, p.34.

BRITO, P. Clima impõe desafios aos cientistas. **Valor Econômico**. São Paulo. 29 maio 2014, cad. F, p.4.

CEPEA (Centro de Estudos Avançados em Economia aplicada). ESALQ/USP. **Artigos**. 4 abr. 2014. Disponível em WWW.cepea.esalq.usp.br/imprensa/?page=342. Acessado em 10/06/2014.

GELINSKI NETO, Francisco. Eventos Climáticos Extremos na Agricultura e Tecnologia para redução de danos na agricultura em Santa Catarina; In: VIII Encontro de Economia Catarinense, Maio 2014, Rio do Sul.

.....

Este boletim é uma publicação do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina.

As idéias e opiniões expressas nos artigos são de responsabilidade exclusiva dos autores. Comentários e contribuições, com preferência para os que tenham a economia catarinense como objeto, podem ser enviados para: Boletim "Atualidade Econômica", Departamento de Ciências Econômicas - UFSC, Campus Universitário, 88049-970 Florianópolis SC. Tel.: (48) 331-9458. Fax: (48) 331-9776, e-mail depcnm@cse.ufsc.br. Disponível também na homepage www.cnm.ufsc.br

Conselho Editorial e Técnico: *Profs. Francisco Gelisnki Neto (coord.editorial), Hoyêdo Nunes Lins João R. Sanson e Roberto Meurer,*

Secretaria: *Flori Vieira dos Santos*

Apoio: *Departamento de Economia e Relações Internacionais*

Normas para Formatação do Boletim:

Item	Tipo de Fonte	Tamanho da Fonte
Título do artigo	Arial, Negrito	16
Nome do autor	Times New Roman, Itálico	14
Instituição do autor	Times New Roman	12
Texto	Times New Roman	14
Sub-Títulos	Times New Roman, Negrito	14
Bibliografias e cit. longas	Times New Roman	12

Tamanho e margens da página: <ul style="list-style-type: none">- A⁴- 2 cm nas margens2,5 cm nas margens: superior e inferior- Espaço simples entre linhas	Nº de páginas: <u>No máximo 04</u>
--	---